

Revisão atinge incentivo fiscal

Os incentivos fiscais precisam ser revistos, mas ainda têm um papel importante a cumprir, especialmente no Nordeste. O secretário-executivo do Planejamento, Raul Jungmann, sugere a criação de um fundo, com recursos do Finam e do Finor, para financiar infra-estrutura e educação, como alternativa para a sistemática existente hoje que, não só não foi capaz de minorar as desigualdades regionais, mas também deu vazão à malversação dos recursos públicos.

Ele acha completamente equivocada a forma como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) monta seu orçamento, ampliando o público beneficiário, apesar a escassez de recursos. Jungmann acredita que a junção em um só fundo dos recursos do Finam e do Finor resultaria na disponibilidade de cerca de US\$ 1 bilhão por ano para alavancar o desenvolvimento nas regiões mais carentes.

Na revisão que está se processando no orçamento para 1994, segundo ele, ainda não se decidiu se os incentivos fiscais sofrerão ou não cortes. Todos os incentivos representam 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), mas a margem de mudanças não passa de 0,4%, segundo o secretário. Isto porque há projetos em andamento e direitos adquiridos que não podem ser ignorados.

De qualquer sorte, ele é favorável a uma reavaliação da sistemática atual de incentivos fiscais, até para que eles tenham maior eficiência e não contribuam para o enriquecimento ilícito das tradicionais oligarquias nordestinas, como tem acontecido historicamente.

Os incentivos, segundo Jungmann, ainda são necessários mas é preciso que fique bem claro para que existem; para quem; e com que controle. Ele defende um sistema de regulação pública para fiscalizar o uso destes recursos.